

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Segurajuda – Corretores de Seguros, Lda.** [a Entidade], que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 2.420.260 euros e um total de capital próprio de 898.470 euros, incluindo um resultado líquido de 28.620 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Segurajuda – Corretores de Seguros, Lda.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

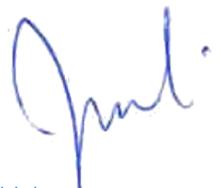
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de abril de 2025



José Manuel Almeida da Silva (ROC n.º 791), registado na CMVM com o n.º 20160422,
Em representação de Roberto, Silva, Matos & Associados, SROC, Lda.

SEGURAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA

Contribuinte: 505063310

Balço em 31 dezembro 2024

Moeda: EURO

| Rúbrica | Notas | 2024 | 2023 |
|--|--------|---------------------|---------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 9 | 1 587 869,55 | 608 323,47 |
| Ativos Intangíveis | 8 | 289 999,20 | 563,81 |
| Créditos e outros ativos não correntes | 7 | 38 398,43 | 285 348,84 |
| Total do ativo não corrente | | 1 916 267,18 | 894 236,12 |
| Ativo corrente | | | |
| Clientes | 23 | 80 557,51 | 2 027,12 |
| Outros créditos a receber | 24 | 403 350,10 | 432 530,81 |
| Diferimentos | 24 | 5 781,15 | 3 228,01 |
| Caixa e depósitos bancários | 5 | 14 303,90 | 17 557,04 |
| Total do ativo corrente | | 503 992,66 | 455 342,98 |
| Total do ativo | | 2 420 259,84 | 1 349 579,10 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio | | | |
| Capital Subscrito | 40 | 100 000,00 | 100 000,00 |
| Outros Instrumentos de capital próprio | 40 | 100 000,00 | 100 000,00 |
| Reservas legais | 40 | 10 000,00 | 10 000,00 |
| Resultados transitados | 40 | 109 625,18 | 75 928,18 |
| Excedentes de revalorização | 40 | 551 290,02 | |
| Ajustamentos / Outras variações no capital próprio | 40 | -1 065,35 | -1 065,35 |
| Resultado líquido do período | 40 | 28 619,86 | 45 196,90 |
| Total do capital próprio | | 898 469,71 | 330 059,73 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Financiamentos Obtidos | 11, 12 | 955 789,94 | 683 987,38 |
| Outras dívidas a pagar | | 46 944,47 | |
| Total do passivo não corrente | | 1 002 734,41 | 683 987,38 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 24 | 13 461,58 | 14 028,77 |
| Estado e outros entes públicos | 25 | 54 879,03 | 34 336,05 |
| Financiamentos Obtidos | 11, 12 | 144 039,96 | 117 144,09 |
| Diferimentos | 24 | 4 947,36 | |
| Outros passivos correntes | 24 | 301 727,79 | 170 023,08 |
| Total do passivo corrente | | 519 055,72 | 335 531,99 |
| Total do passivo | | 1 521 790,13 | 1 019 519,37 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 2 420 259,84 | 1 349 579,10 |

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

SEGURAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA

Contribuinte: 505063310

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 dezembro 2024

Moeda: EURO

| Rúbrica | Notas | 2024 | 2023 |
|--|-------|-------------------------------------|-------------------|
| Vendas e serviços prestados | 22 | 1 752 020,73 | 1 254 965,97 |
| Subsídios à exploração | 32 | 20 828,74 | 6 701,72 |
| Fornecimentos e serviços externos | 27 | -391 176,88 | -266 158,24 |
| Gastos com o pessoal | 28 | -1 084 700,30 | -776 121,45 |
| Outros rendimentos | 29 | 18 596,93 | 6 147,97 |
| Outros gastos | 30 | -74 486,82 | -42 113,53 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 241 082,40 | 183 422,44 |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | 31 | -134 144,20 | -80 877,57 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 106 938,20 | 102 544,87 |
| Juros e gastos similares suportados | 26 | -32 898,31 | -22 518,13 |
| | | Resultado antes de impostos | 80 026,74 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | -45 420,03 | -34 829,84 |
| | | Resultado líquido do período | 45 196,90 |

João Paulo V. H.

V. do José Rodrigues e Silva

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das obrigações legais, vem a gerência, através do presente relatório de gestão, dar conhecimento aos sócios e terceiros, que com a empresa têm relações, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida no exercício de 2024.

1) Evolução da atividade da empresa:

2024 foi um ano votado à consolidação. Integramos os negócios e o pessoal da corretora FJ Seguros adquirida no ano anterior, e preparámos a ampliação dos meios na cidade do Porto, primeiramente com mais pessoal e, a realizar no segundo trimestre de 2025, a mudança para um escritório mais amplo e igualmente central.

Assinalamos também um significativo aumento da facturação, tanto por crescimento orgânico como também por integração de carteiras.

2) Perspetivas Futuras:

No ano de 2025 estaremos focados no crescimento orgânico, na observação das tendências do mercado de seguros e em especial da economia do país e da Comunidade Europeia.

A confiança dos consumidores e o "clima" económico ditam que usemos de prudência em todos os investimentos.

3) Alienação e compra de cotas:

Ao contrário de 2023, em 2024 registámos apenas um pequeno ajuste de quotas. Por motivos pessoais o sócio Miguel Gonçalves entendeu abdicar da quota de 5% que detinha.

Foi de comum acordo entre todos que o sócio António Pereira tomou esse capital da sociedade em 01/11/2024, passando a deter 35% do total.

4) Negócios entre a sociedade e a gerência:

Refere-se que não existiram quaisquer negócios entre a sociedade e a gerência.

5) Situação perante o Estado:

A empresa tem vindo a cumprir com todos os deveres perante o Estado, primando por não ter quaisquer atrasos no pagamento dos seus impostos.

6) Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício:

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos ou a sua divulgação nas contas do exercício.

7) Existência de sucursais:

Durante o exercício de 2024 passámos a contar com as antigas instalações da F.J. Seguros, Lda., sita na Avenida da Boavista, 205 Lj. E – Porto, como nossa sucursal na cidade do Porto.

8) Proposta de aplicação de resultados:

Em relação ao Resultado Líquido do exercício de 2024, resultado no montante de € 28.619,86 (vinte e oito mil e seiscentos e dezanove euros e oitenta e seis cêntimos), a administração propõe a seguinte aplicação:

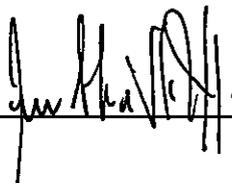
| | |
|------------------------|------------|
| Reservas legais | 1.430,99€ |
| Resultados transitados | 27.188,87€ |

9) Agradecimentos

A gerência da empresa aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os que com ela se relacionam.

Lisboa, 11 de Abril de 2025

Administração



18

ju.

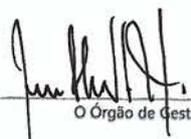
SA **SEGURAJUDA**
CORRETORES DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS

2024

| IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA | |
|--------------------------|---|
| Designação | SEGURAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA |
| Morada | Rua Professor Orlando Ribeiro, 3 Loja C |
| Código postal | 1600-796 |
| Localidade | Lisboa |

| DADOS DA EMPRESA | |
|---|------------|
| Número de identificação fiscal (NIF) | 505063310 |
| Classificação de actividade económica (CAE) | 66220 |
| Conservatória | |
| Capital social | 100 000,00 |


O Órgão de Gestão

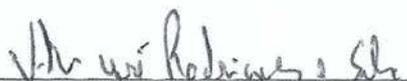

O Contabilista Certificado

Demonstrações Financeiras

Balanço
Demonstrações de Resultados
Anexo às Contas



O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

Balço

SEGURAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA Contribuinte: 505063310
Balço em 31 dezembro 2024 Moeda: EURO

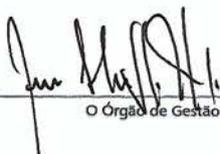
| Rúbrica | Notas | 2024 | 2023 |
|--|--------|---------------------|---------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 9 | 1 587 869,55 | 608 323,47 |
| Ativos intangíveis | 8 | 289 999,20 | 563,81 |
| Créditos e outros ativos não correntes | 7 | 38 398,43 | 285 348,84 |
| Total do ativo não corrente | | 1 916 267,18 | 894 236,12 |
| Ativo corrente | | | |
| Cientes | 23 | 80 557,51 | 2 027,12 |
| Outros créditos a receber | 24 | 403 350,10 | 432 530,81 |
| Diferimentos | 24 | 5 781,15 | 3 228,01 |
| Caixa e depósitos bancários | 5 | 14 303,90 | 17 557,04 |
| Total do ativo corrente | | 503 992,66 | 455 342,98 |
| Total do ativo | | 2 420 259,84 | 1 349 579,10 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio | | | |
| Capital Subscrito | 40 | 100 000,00 | 100 000,00 |
| Outros instrumentos de capital próprio | 40 | 100 000,00 | 100 000,00 |
| Reservas legais | 40 | 10 000,00 | 10 000,00 |
| Resultados transitados | 40 | 109 625,18 | 75 928,18 |
| Excedentes de revalorização | 40 | 551 290,02 | |
| Ajustamentos / Outras variações no capital próprio | 40 | -1 065,35 | -1 065,35 |
| Resultado líquido do período | 40 | 28 619,86 | 45 196,90 |
| Total do capital próprio | | 898 469,71 | 330 059,73 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Financiamentos Obtidos | 11, 12 | 955 789,94 | 683 987,38 |
| Outras dívidas a pagar | | 46 944,47 | |
| Total do passivo não corrente | | 1 002 734,41 | 683 987,38 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 24 | 13 461,58 | 14 028,77 |
| Estado e outros entes públicos | 25 | 54 879,03 | 34 336,05 |
| Financiamentos Obtidos | 11, 12 | 144 039,96 | 117 144,09 |
| Diferimentos | 24 | 4 947,36 | |
| Outros passivos correntes | 24 | 301 727,79 | 170 023,08 |
| Total do passivo corrente | | 519 055,72 | 335 531,99 |
| Total do passivo | | 1 521 790,13 | 1 019 519,37 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 2 420 259,84 | 1 349 579,10 |


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

Demonstrações de Resultados

| SEGURAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA | | Contribuinte: 505063310 | |
|--|-------------------------------------|-------------------------|-------------------|
| Demonstração dos resultados por naturezas em 31 dezembro 2024 | | Moeda: EURO | |
| Rúbrica | Notas | 2024 | 2023 |
| Vendas e serviços prestados | 22 | 1 752 020,73 | 1 254 965,97 |
| Subsídios à exploração | 32 | 20 828,74 | 6 701,72 |
| Fornecimentos e serviços externos | 27 | -391 176,88 | -266 158,24 |
| Gastos com o pessoal | 28 | -1 084 700,30 | -776 121,45 |
| Outros rendimentos | 29 | 18 596,93 | 6 147,97 |
| Outros gastos | 30 | -74 486,82 | -42 113,53 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 241 082,40 | 183 422,44 |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | 31 | -134 144,20 | -80 877,57 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 106 938,20 | 102 544,87 |
| Juros e gastos similares suportados | 26 | -32 898,31 | -22 518,13 |
| | Resultado antes de impostos | 74 039,89 | 80 026,74 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | -45 420,03 | -34 829,84 |
| | Resultado líquido do período | 28 619,86 | 45 196,90 |


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

Anexo às Contas

SEGUARAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

1- Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade: SEGUARAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA

1.2 Sede: Lisboa

1.3 Natureza da atividade: Atividades Financeiras e de Seguros.

1.4 Período das demonstrações financeiras: Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

2- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística para Pequenas Empresa (NCRF-PE) aprovada pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho, em com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e com as retificações da Portaria 220/2015 de 24 de julho.

2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior

3- Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009).

4- Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

4.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de SEGUARAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade, exceto quanto aos imóveis revalorizados no presente exercício aos quais se aplicam o modelo de revalorização.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

| RUBRICAS | Vida Útil - Anos |
|--------------------------------|------------------|
| Edifícios e outras construções | 10 a 25 |
| Equipamento básico | 4 a 14 |
| Equipamento de transporte | 4 a 6 |
| Equipamento administrativo | 4 a 8 |
| Outros ativos tangíveis | 4 a 8 |

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

A quantia escriturada do bem é desreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

4.3. Propriedades de investimento

A entidade não detém propriedades de investimento.

4.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

4.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

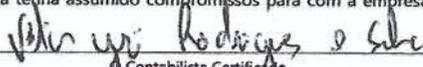
De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa


O Órgão de Gestão


Contabilista Certificado

associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

4.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria até ao montante de 50.000,00 e 21% sobre o excedente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

4.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

4.8. Ativos biológicos

A entidade não detém ativos biológicos.

4.9. Cientes e outros valores a receber

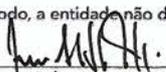
As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

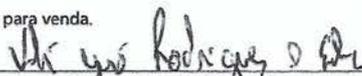
4.10. Ativos financeiros detidos para negociação

A entidade não detém ativos financeiros detidos para negociação.

4.11. Ativos não correntes detidos para venda

De igual modo, a entidade não detém de investimentos disponíveis para venda.


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

4.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

4.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

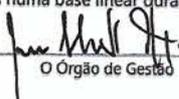
4.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

4.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

4.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A entidade não detém situações de contratos de construção.

4.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

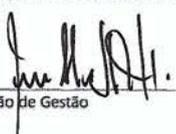
Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

5- Fluxos de caixa

5.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

| MEIOS FINANCEIROS LIQUIDOS | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Caixa | - | - |
| Depósitos à ordem | 14 304 | 17 557 |
| Outros depósitos bancários | - | - |
| Outros instrumentos financeiros | - | - |
| Total | 14 304 | 17 557 |

6- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

6.1 - As demonstrações financeiras são comparáveis com as apresentadas no comparativo.

6.2 - As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.

6.3 - Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

6.4 - Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

7- Partes relacionadas

Encontra-se registado um suprimento, não corrente, ao sócio António Bernardino Pereira no valor de 235.000,00 €.

8- Ativos intangíveis

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

Os ativos intangíveis encontram-se registados programas de computador, cujo são amortizados pela vida útil de 3 anos, ao método de quotas constantes.

Existe igualmente contabilizada carteira de clientes, estas não tem vida útil pelo que de acordo com a norma contabilística pode ser depreciados por 10 anos.

No ano de 2024 foi efetuado o registo contabilístico da aquisição da carteira de clientes da Seguroplus - Mediação de Seguros, Lda, pelo valor de 114.999,00 €, em Ativos Intangíveis, tendo sido apuradas as depreciações do ano de 2023 e 2024.

Foi igualmente contabilizada a aquisição da carteira de clientes da FJ - Corretores de Seguros, Lda, pelo valor de 220.000 €, sendo apuradas as depreciações do ano de 2024.

Os períodos de vida útil das carteiras de clientes são de 10 anos.


O Órgão de Gestão


Contabilista Certificado

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2024 e 2023:

| ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS | Saldo em 01/01/2024 | 31 de dezembro de 2024 | | | Saldo em 31/12/2024 |
|----------------------------------|------------------------|------------------------|-------------------|------------|------------------------|
| | | Aquisições Amort. | Abates Transf. | Revaloriz. | |
| Goodwill | - | - | - | - | - |
| Projetos de desenvolvimento | - | - | - | - | - |
| Programas de computador | 1 845 | - | - | - | 1 845 |
| Propriedade industrial | - | - | - | - | - |
| Outros ativos intangíveis | - | 334 999 | - | - | 334 999 |
| Total do ativo bruto | 1 845 | - | - | - | 336 844 |
| Total de amortizações acumuladas | -1 281 | -45 563 | - | - | -46 844 |
| Total de perdas por imparidade | - | - | - | - | - |
| Total do ativo líquido | 564 | -289 436 | - | - | 289 999 |

9- Ativos fixos tangíveis

Em dezembro 2024 foi efetuada uma avaliação aos imóveis de Telheiras e Venda do Pinheiro, por um Avaliador Credenciado para o efeito, tendo sido apurada um excedente de revalorização de 551.289 €, tendo sido registada na contabilidade este acréscimo no seu ativo tangível.

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2024 e 2023:

| ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | Saldo em 01/01/2024 | 31 de dezembro de 2024 | | | Saldo em 31/12/2024 |
|---|------------------------|------------------------|-------------------|----------------|------------------------|
| | | Aquisições Deprec. | Abates Transf. | Revaloriz. | |
| Ativo bruto | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 88 149 | 72 428 | - | 136 850 | 297 428 |
| Edifícios e outras construções | 400 600 | 254 014 | - | 414 439 | 1 069 054 |
| Equipamento básico | - | - | - | - | - |
| Equipamento de transporte | 127 338 | 261 160 | -80 973 | - | 307 525 |
| Equipamento administrativo | 188 120 | - | - | - | 188 120 |
| Equipamento biológico | - | - | - | - | - |
| Outros ativos fixos tangíveis | - | - | - | - | - |
| Investimentos em curso | 9 969 | - | -9 969 | - | - |
| Total do ativo bruto | 814 178 | 1 138 892 | -90 942 | - | 1 862 127 |
| Depreciações acumuladas | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | - | -29 500 | 29 500 | - | - |
| Edifícios e outras construções | -49 815 | -16 590 | - | - | -66 406 |
| Equipamento básico | - | - | - | - | - |
| Equipamento de transporte | -78 146 | -78 216 | 31 677 | - | -124 685 |
| Equipamento administrativo | -77 892 | -5 275 | - | - | -83 167 |
| Equipamento biológico | - | - | - | - | - |
| Outros ativos fixos tangíveis | - | - | - | - | - |
| Total de depreciações acumuladas | -205 854 | -129 580 | 61 177 | - | -274 257 |
| Total de perdas por imparidade | - | - | - | - | - |
| Total do ativo líquido | 608 323 | 458 022 | -29 765 | 551 289 | 1 587 870 |


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

| ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | 31 de dezembro de 2023 | | | | |
|---|------------------------|----------------|----------|------------|-----------------|
| | Saldo em | Aquisições | Abates | | Saldo em |
| | 01/01/2023 | Deprec. | Transf. | Revaloriz. | 31/12/2023 |
| Ativo bruto | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 88 149 | - | - | - | 88 149 |
| Edifícios e outras construções | 400 600 | - | - | - | 400 600 |
| Equipamento básico | - | - | - | - | - |
| Equipamento de transporte | 147 830 | 121 620 | -89 711 | -52 400 | 127 338 |
| Equipamento administrativo | 95 352 | 3 056 | 89 711 | - | 188 120 |
| Equipamento biológico | - | - | - | - | - |
| Outros ativos fixos tangíveis | - | - | - | - | - |
| Investimentos em curso | - | - | - | - | - |
| Total do ativo bruto | 731 932 | 124 676 | 0 | - | 804 208 |
| Depreciações acumuladas | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | - | - | - | - | - |
| Edifícios e outras construções | -33 049 | -16 766 | - | - | -49 815 |
| Equipamento básico | - | - | - | - | - |
| Equipamento de transporte | -58 923 | -44 174 | 24 952 | - | -78 146 |
| Equipamento administrativo | -58 570 | -19 322 | - | - | -77 892 |
| Equipamento biológico | - | - | - | - | - |
| Outros ativos fixos tangíveis | - | - | - | - | - |
| Total de depreciações acumuladas | -150 543 | -80 263 | - | - | -205 854 |
| Total de perdas por imparidade | - | - | - | - | - |
| Total do ativo líquido | 581 388 | 80 261 | - | - | 608 323 |

10- Ativos não correntes detidos para venda e unidades descontinuadas

Não aplicável.

11- Locações

Quando aplicável os saldos pendentes de locações são os que se apresentam na tabela seguinte:

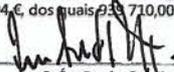
| LOCAÇÕES | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | |
|----------------------|--------------|----------|--------------|----------|
| | Não corrente | Corrente | Não corrente | Corrente |
| Locações financeiras | 451 160 | 47 113 | 185 650 | 16 270 |

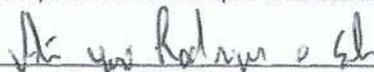
12- Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

| FINANCIAMENTOS OBTIDOS | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | |
|------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Não corrente | Corrente | Não corrente | Corrente |
| Empréstimos bancários | 269 630 | 96 927 | 203 337 | 100 874 |
| Descobertos bancários | - | - | - | - |
| Locações financeiras | 451 160 | 47 113 | 185 650 | 16 270 |
| Outros empréstimos | 235 000 | - | 295 000 | - |
| Total | 955 790 | 144 040 | 683 987 | 117 144 |

No âmbito dos contratos de leasing, existem ativos com reserva de propriedade que ascende a um valor líquido contabilístico de 1 072 880,04 €, dos quais 833 710,00 € correspondem a edifícios.


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

13- Propriedades de investimento

Não aplicável.

14- Imparidade de ativos

Não aplicável.

15- Interesses em empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

Não aplicável.

16- Concentrações de atividades empresariais

Não aplicável.

17- Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

A entidade estava a utilizar o Método de Equivalência Patrimonial, por opção deixar de aplicar este Método. Tendo sido anulado o valor de 1.951,41 €.

18- Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

19- Agricultura

Não aplicável.

20- Inventários

Não aplicável.

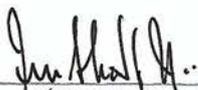
21- Contratos de construção

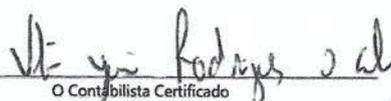
Não aplicável.

22- Rêdito

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2024 e 2023

| VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------------|------------------|
| Vendas de Mercadorias | - | - |
| Vendas de Produtos Acabados | - | - |
| Prestação de Serviços | 1 752 021 | 1 254 965 |
| Total: | 1 752 021 | 1 254 965 |


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

| VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------------|------------------|
| Nacional | 1 752 021 | 1 254 865 |
| União Europeia | - | - |
| Países Terceiros | - | - |
| Total: | 1 752 021 | 1 254 865 |

23- Clientes

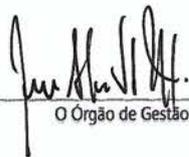
O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2024 e 2023 apresenta a seguinte decomposição:

| CLIENTES | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|---------------|--------------|
| Clientes conta corrente | 80 558 | 2 027 |
| Clientes títulos a receber | - | - |
| Clientes factoring e outros | - | - |
| Clientes cobrança duvidosa | - | - |
| Clientes perda por imparidade acumuladas | - | - |
| Total | 80 558 | 2 027 |
| Adiantamentos de Clientes | - | - |

24- Fornecedores e outros devedores e credores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2024 e 2023 apresenta a seguinte decomposição:

| FORNECEDORES | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---------------|---------------|
| Fornecedores conta corrente | 13 462 | 14 028 |
| Fornecedores títulos a pagar | - | - |
| Fornecedores confirming e outros | - | - |
| Fornecedores faturas em receção e conferência | - | - |
| Fornecedores perdas por imparidade acumuladas | - | - |
| Total | 13 462 | 14 028 |
| Adiantamentos a fornecedores | -1 331 | -579 |


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

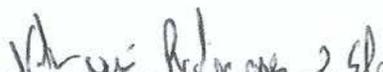
| OUTROS CREDITOS A RECEBER E DIVIDAS A PAGAR | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|-----------------|-----------------|
| A RECEBER | 403 350 | 432 530 |
| Fornecedores - Devedores | 1 331 | 579 |
| Devedores de remunerações a pagar | - | - |
| Devedores de outras contas de pessoal | - | - |
| Devedores por adiantamentos ao pessoal | - | - |
| Devedores de fornecedores de investimentos | - | - |
| Adiantamentos de fornecedores de investimentos | - | - |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 347 362 | 292 348 |
| Outros devedores | 54 657 | 139 603 |
| Perdas por imparidades acumuladas | - | - |
| A PAGAR | -348 672 | -301 727 |
| Clientes - Credores | - | - |
| Remunerações a pagar | - | -800 |
| Outras contas de pessoal | - | - |
| Fornecedores de investimentos | - | - |
| Credores por acréscimos de gastos | -101 952 | -95 309 |
| Disponibilidades negativas | - | - |
| Outros credores | -246 720 | -205 618 |
| Total | 54 678 | 130 802 |

25- Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

| ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|----------------|----------------|
| Ativo | | |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) | - | - |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) | - | - |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | - | - |
| Segurança social | - | - |
| Outros impostos e taxas | - | - |
| Passivo | | |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) | -58 648 | -34 334 |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) | -30 872 | -17 876 |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | -9 002 | -5 023 |
| Segurança social | - | - |
| Outros impostos e taxas | -15 004 | -11 435 |
| Total | -54 879 | -34 334 |


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

26- Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2024 e 2023:

| RESULTADOS FINANCEIROS | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------|------------|
| Juros e rendimentos similares obtidos | - | - |
| Juros obtidos | - | - |
| Dividendos obtidos | - | - |
| Outros rendimentos similares | - | - |
| Juros e gastos similares suportados | -32 898 | -22 518 |
| Juros suportados | -32 727 | -22 518 |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | - | - |
| Outros gastos e perdas de financiamento | -171 | - |
| Resultados financeiros | -32 898 | -22 518 |


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

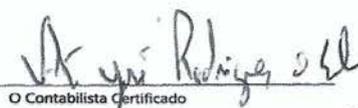
27- Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

| FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------|------------|
| Subcontratos | 1 107 | - |
| Serviços especializados | 158 476 | 130 234 |
| Trabalhos especializados | 24 461 | 8 589 |
| Publicidade e propaganda | 3 758 | 2 708 |
| Vigilância e segurança | 582 | 560 |
| Honorários | 86 561 | 80 852 |
| Comissões | - | - |
| Conservação e reparação | 29 731 | 20 659 |
| Outros | 13 384 | 10 472 |
| Materiais | 33 777 | 28 246 |
| Ferramentas e utensílios de desgaste rápido | 4 604 | - |
| Livros e documentação técnica | 176 | - |
| Material de escritório | 26 250 | - |
| Artigos para oferta | 2 748 | - |
| Outros | - | - |
| Energia e fluidos | 39 936 | 24 561 |
| Eletricidade | 8 523 | 6 826 |
| Combustíveis | 29 788 | 16 407 |
| Água | 1 624 | 1 328 |
| Outros | - | - |
| Deslocações, estadas e transportes | 12 690 | 5 045 |
| Deslocações e estadas | 12 690 | 4 942 |
| Transportes de pessoal | - | 102 |
| Transportes de mercadorias | - | - |
| Outros | - | - |
| Serviços diversos | 145 191 | 78 070 |
| Rendas e alugueres | 53 097 | 14 996 |
| Comunicação | 12 362 | 12 128 |
| Seguros | 16 172 | 7 375 |
| Royalties | - | - |
| Contencioso e notariado | 4 698 | 848 |
| Despesas de representação | 45 550 | 33 037 |
| Limpeza, higiene e conforto | 5 830 | 5 388 |
| Outros serviços | 7 482 | 4 294 |
| Total | 391 177 | 266 158 |



O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

28- Gastos com pessoal

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2024 e 2023

| GASTOS COM PESSOAL | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|-------------------|-----------------|
| Remunerações dos órgãos sociais | -50 648 | -47 050 |
| Remunerações do pessoal | -838 241 | -592 998 |
| Benefícios pós-emprego | - | - |
| Indemnizações | - | - |
| Encargos sobre remunerações | -137 380 | -104 393 |
| Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais | -32 421 | -23 944 |
| Gastos de ação social | -6 411 | - |
| Outros gastos com o pessoal | -19 599 | -7 736 |
| Total | -1 084 700 | -776 121 |

29- Outros Rendimentos e Ganhos

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2024 e 2023:

| OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---------------|--------------|
| Rendimentos suplementares | - | - |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | - | - |
| Recuperação de dívidas a receber | - | - |
| Ganhos em inventários | - | - |
| Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros | - | 3 016 |
| Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros | 14 694 | - |
| Outros rendimentos | 3 903 | 3 131 |
| Total | 18 597 | 6 147 |


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

30- Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

| OUTROS GASTOS E PERDAS | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---------------|---------------|
| Impostos | 35 889 | 24 660 |
| Descontos de pronto pagamento concedidos | - | - |
| Dívidas incobráveis | - | - |
| Perdas em inventários | - | - |
| Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros | - | 1 658 |
| Gastos e perdas em investimentos não financeiros | 1 333 | 2 147 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 8 567 | 2 148 |
| Donativos | 18 320 | 650 |
| Quotizações | 1 692 | 1 620 |
| Ofertas e amostras de inventários | - | - |
| Insuficiência da estimativa para impostos | 994 | 422 |
| Outros gastos e perdas não especificados | 7 692 | 7 694 |
| Total | 74 487 | 42 113 |

31- Gastos / Reversões de depreciação e amortização

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2024 e 2023:

| GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|-----------------|---------------|
| Propriedades de investimento | - | - |
| Ativos fixos tangíveis | -100 080 | -80 262 |
| Ativos intangíveis | -34 064 | -614 |
| Reversões | - | - |
| Total | -134 144 | 80 877 |

32- Subsídios e outros apoios das entidades públicas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2024 e 2023:

| SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---------------|--------------|
| Subsídios do Estado e outros entes públicos | 20 829 | 6 701 |
| Subsídios de outras entidades | - | - |
| Total | 20 829 | 6 701 |

O valor recebido dos subsídios refere-se a cinco processos de apoios à contratação de colaboradores, sendo 13.526,23 € da Medida do IEFP Compromisso ao Emprego e 7.302,50 € da Medida Contratar atribuído pelo Governo dos Açores.

33- Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

34- Acontecimentos após a data do balanço

Não ocorreram acontecimentos relevantes após 31 de dezembro de 2024.

35- Matérias ambientais

Não aplicável.

36- Instrumentos financeiros

Não aplicável.

37- Benefícios dos empregados

Não aplicável.

38- Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

39- Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

40- Capital Próprio

O capital social da sociedade encontra-se totalmente realizado.

O quadro seguinte apresenta a discriminação do Capital Próprio dos períodos de 2024 e 2023:

| Capital Próprio | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|----------------|----------------|
| Capital Realizado | 100 000 | 100 000 |
| Ações (quotas) próprias | - | - |
| Outros Instrumentos de Capital Próprio | 100 000 | 100 000 |
| Prémios de emissão | - | - |
| Reservas Legais | 10 000 | 10 000 |
| Outras Reservas | - | - |
| Resultados Transitados | 109 625 | 75 928 |
| Ajustamentos em ativos financeiros | -1 065 | -1 065 |
| Excedentes de revalorização | 551 290 | - |
| Outras variações no Capital Próprio | - | - |
| Resultado Líquido do Período | 28 619 | 45 196 |
| Total | 898 469 | 330 059 |


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

No ano de 2024 a empresa efetuou uma revalorização, nos três imóveis por um avaliador credenciado para o efeito, tendo sido gerado um excedente de revalorização nos capitais próprios no valor de 551.290,00 € em contrapartida de ativos fixos tangíveis.

41- Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2024, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2024.

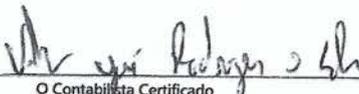
Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A entidade desenvolve a sua atividade a título individual, não estando por isso sujeita a quaisquer consolidações de contas.

A sociedade não levou a cabo operações comerciais de qualquer natureza, cujos valores não estejam refletidas no balanço.

A Entidade tem as suas contas obrigadas ou sujeitas a revisão legal, sendo os honorários do ROC no valor de 2 000,0€ + IVA.


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

Prestação do Serviço de Distribuição de Seguros ou de Resseguros

Nos termos do nº 1 do Artº 51º da NR nº 13/2020-R, de 30 de Dezembro, e sem prejuízo do regime contabilístico adotado nos termos do artigo anterior, os mediadores de seguros, de resseguros e seguros a título acessório devem incluir no anexo às demonstrações financeiras uma nota específica e separada das restantes notas, a denominar “Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros”, que deve conter, como mínimo a seguinte informação respeitante à atividade de distribuição de seguros ou de resseguros.

a) Políticas contabilísticas adotadas no reconhecimento das remunerações

Procede-se a uma contabilidade normal segundo o critério da NCRF 20. As contas são certificadas por um Revisor Oficial de Contas.

A SegurAjuda reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra – embora admita exceções – no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento no momento da emissão das Prestações de Contas às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

| Por natureza | Remunerações | |
|--------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2023 | 2024 |
| Numerário | 1.219.504,12 € | 1.752.020,73 € |
| Espécie | 0,00 € | 0,00 € |
| Total | 1.219.504,12 € | 1.752.020,73 € |

| Por tipo | Remunerações | |
|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2023 | 2024 |
| Comissões | 1.219.504,12 € | 1.752.020,73 € |
| Honorários | 0,00 € | 0,00 € |
| Outras remunerações | 0,00 € | 0,00 € |
| Total | 1.219.504,12 € | 1.752.020,73 € |

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos “Não Vida”, e por origem

| Remunerações (€) | Ramo Vida | | Ramos Não vida | | Fundos Pensões | |
|---------------------------|------------------|-------------------|---------------------|---------------------|----------------|-------------|
| | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 |
| Por entidade (or.) | | | | | | |
| Empresas de Seguros | 65.258,02 | 111.990,56 | 1.148.533,19 | 1.636.087,79 | 0,00 | 0,00 |
| Outros mediadores | 2.826,44 | 1.616,16 | 2.886,47 | 2.326,22 | 0,00 | 0,00 |
| Clientes (outros) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 68.084,46 | 113.606,72 | 1.151.419,66 | 1.638.414,01 | 0,00 | 0,00 |

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

| Por entidade (origem) | Remunerações | |
|-----------------------|--------------|----------|
| | 2023 | 2024 |
| Empresas de seguros | 99,53 % | 99,77 % |
| Outros mediadores | 0,47 % | 0,23 % |
| Clientes (outros) | 0,00 % | 0,00 % |
| Total | 100,00 % | 100,00 % |

Em 2024 a SegurAjuda cumpriu o limite estabelecido pelo nº1 do Artº. 48 da NR 13/2020-R sendo que apenas duas seguradoras apresentaram uma concentração superior a 25% do total das remunerações auferidas. São as seguradoras Caravela Seguros, S.A. (1133) com 27,59% e a Generali Seguros, S.A. (1197) com 26,89%.

e) Valores da Conta Clientes

Os fundos movimentados pela empresa no exercício de 2023 detalha-se como se segue:

| Conta "clientes" | 2023 | 2024 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo no início do exercício | 861,28 € | 13.178,09 € |
| Valores recebidos de clientes | 1.186.501,20 € | 1.144.573,71 € |
| Despesas Bancárias | 4.605,41 € | 3.776,93 € |
| Pagamento a empresas de seguros | 901.561,88 € | 746.372,14 € |
| Pagamento a Clientes (estornos e devoluções) | 35.101,49 € | 33.252,81 € |
| Transferência de remunerações | 1.120.324,47 € | 1.523.504,94 € |
| Saldo no final do exercício | 13.178,09 € | 1.772,58 € |
| Volume movimentado | | |
| A débito | 2.158.137,90 € | 2.457.257,55 € |
| A crédito | 2.170.454,71 € | 2.445.852,04 € |

Importa ainda informar que:

- Por opção, não movimentamos verbas destinadas a empresas de seguros que não nos outorgam poder de cobrança;
- Não liquidámos indemnizações neste exercício;
- O somatório de "valores recebidos de clientes" inclui valores cobrados em numerário e depositados em banco ("caixa de escritório");

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

| Por entidade (orig) | Contas a Receber | | Contas a Pagar | |
|---------------------|------------------|-------------|----------------|-------------|
| | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 |
| Tomadores de seguro | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Empresas de seguros | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Outros mediadores | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Clientes (outros) | 2027,12 € | 80.557,51 € | 14.028,77 € | 13.461,58 € |
| Total | 2027,12 € | 80.557,51 € | 14.028,77 € | 13.461,58 € |

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

| Por natureza | Contas a Receber | | Contas a Pagar | |
|--|------------------|-------------|----------------|-------------|
| | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 |
| Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as E.S. ... | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Fundos em cobrança com cista a serem transferidos para as E.S. ... | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Fundos confiados p E.S. com vista a serem transferidos p tomadores | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Remunerações respeitantes a prémios de seguro... | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Clientes (outros) | 2027,12 € | 80.557,51 € | 14.028,77 € | 13.461,58 € |
| Total | 2027,12 € | 80.557,51 € | 14.028,77 € | 13.461,58 € |

Importa esclarecer que os valores indicados foram apurados contabilisticamente, não tendo relação directa com as operações de cobrança. Em concreto, as “contas a receber” são comissões que sabemos ter a auferir no ano seguinte (não sendo de prémios cobrados por nós) e as “contas a pagar” são valores devidos a fornecedores.

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato

Não se aplica.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Temos contratada, desde 04/01/2024, junto do Bankinter, S.A., a Garantia Bancária apurada no exercício do ano transtacto. Anteriormente tínhamo-la junto do Banco BPI, S.A.. Conservamos actualizado o registo no Portal de Operadores ASF. Face aos valores apurados na produção do presente documento, vamos solicitar o seu incremento para 45.782,95€, ou seja, 4% do total de valores movimentados com os clientes, como preceituado na alínea b) do nº 1 do Artº. 10 da presente NR.

j) Transmissões de carteiras de seguros

No ano de 2024 fomos recebedores das seguintes carteiras de seguros:

- Por parte de António Aguiar (nº ASF 307017085), uma carteira na Caravela Seguros, S.A. com cerca 400 apólices e 73.000€ de prémios comerciais anuais;

Em 2024 não transferimos para terceiros nenhuma parte da nossa carteira.

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não se aplica.

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não se aplica.

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

| Empresas de Seguros | | 2023 | 2024 |
|----------------------------|---------------------------------------|-------------|-------------|
| 1133 | Caravela Seguros, S.A. | 32,17% | 27,59% |
| 1197 | Generali Seguros, S. A. | 26,07% | 26,89% |
| 1011 | Fidelidade - Companhia Seguros, S. A. | 11,82% | 20,43% |
| 1028 | Allianz Portugal, S. A. | 9,61% | 8,20% |
| 1129 | Ageas Portugal - Comp Seguros, S.A. | -- | 5,10% |

- n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Não se aplica, pois não recebemos fundos nessas circunstâncias.

- o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista...

Não se aplica.

- p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros...

Não se aplica.

Lisboa, 14 de Abril de 2025



A handwritten signature in black ink is written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be the name of the signatory.

Nome: Segurajuda - Corretores de Seguros, Lda
Morada: Rua Professor Orlando Ribeiro, nº 3 Loja C
Cód. Postal: 1600-796
N.I.P.C. : 505063310
Matr.Cons.R.C.: Lisboa
Capital Social: 50.000,00 (Euros)

C.A.E.: 66220
Sob. o N.º 505063310

Página:

18

**ATA N.º 37
LIVRO DE ATAS**

Aos 14 dias do mês de abril de 2025, pelas onze horas e trinta minutos, reuniu na sede social a Assembleia Geral da Sociedade por quotas "SEGURAJUDA - Corretores de Seguros, Lda", pessoa coletiva n.º 505.063.310, com sede social na Rua Professor Orlando Ribeiro, n.º 3, Loja C, 1600-796 Lisboa, na freguesia do Lumiar, concelho de Lisboa, matriculada na conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número de pessoa coletiva, com o capital social integralmente realizado de cem mil euros (100.000,00€), com a presença dos sócios **Nuno Alexandre dos Santos Silva Martins** titular de uma quota com o valor nominal de **40.000,00€ (quarenta mil euros)**, **António Bernardino Pereira** titular de duas quotas com o valor nominal de **30.000,00€ (trinta mil euros)** e outra quota com o valor de nominal de **5.000,00 € (cinco mil euros)**, **Nuno Miguel Tavares de Oliveira Pacheco** titular de uma quota com o valor nominal **12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros)**, **Nuno Miguel Nunes Castelo** titular de uma quota no valor nominal de **12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros)**, estando assim representado a totalidade do capital social investido na sociedade.-----

Assumiu a presidência da Assembleia o sócio gerente **Nuno Alexandre dos Santos Silva Martins** que no uso da palavra fez consignar em ata que, uma vez representado a totalidade do capital social investido na sociedade e não tendo sido a assembleia precedida das formalidades prévias legalmente pedidas para a sua convocação, todos os presentes, em seu nome, manifestaram a vontade de que a Assembleia se constituísse nos termos do disposto no art.º 54º do CSC, podendo deliberar validamente sobre os assuntos da ordem de trabalhos infra identificados.-----

1.º **Apreciação das contas do exercício de 2024;** -----

2.º **Proposta de aplicação de resultados;** -----

Relativamente ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos**, após apreciação e verificação dos documentos de prestação de contas, os sócios aprovaram, por unanimidade, as contas do exercício, que evidenciavam um resultado líquido positivo de **28 619,86 € (vinte e oito mil e seiscentos e dezanove euros e oitenta e seis cêntimos)**.-----

Nome: Segurajuda - Corretores de Seguros, Lda
Morada: Rua Professor Orlando Ribeiro, nº 3 Loja C
Cód. Postal: 1600-796
N.I.P.C. : 505063310
Matr.Cons.R.C.: Lisboa
Capital Social: 50.000,00 (Euros)

C.A.E.: 66220
Sob. o N.º 505063310

Página: 19

LIVRO DE ATAS

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, foi aprovado por unanimidade que os resultados do exercício de 2024 no valor de 28 619,86 € (vinte e oito mi e seiscentos e dezanove mil euros e oitenta e seis cêntimos), sejam transferidos 1.430,99 € para a conta de reservas legais e 27.188,87 € para resultados transitados.-----

Nada mais havendo a tratar, foi a presente assembleia encerrada, lavrando-se de imediato a presente ata, que após ser lida foi assinada pelos sócios. -----

Lisboa, 14 de abril de 2025.-----

Os sócios:

Nome Miguel Almeida